

Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

Nota 1 - Contexto operacional: os dados apresentados compreendem os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

Nota 2 - Critério de apropriação: considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

Nota 3 - Deduções da Receita Orçamentária: o valor informado na coluna “Receitas Realizadas” apresenta a arrecadação líquida, ou seja, já consideradas as deduções da receita que, no exercício totalizaram R\$ 2.520.800,25. A pormenorização das deduções da receita é a seguinte:

- Deduções de receita por renúncia (art. 14 da LC nº 101/2000)	R\$	376.731,87
- Deduções de receita por restituições	R\$	4.575,24
- Deduções de receita por descontos concedidos	R\$	37.550,04
- Deduções de receita para formação do Fundeb	R\$	2.101.943,10
Total das Deduções da Receita Orçamentária	R\$	2.520.800,25

Nota 4 - Repasses Concedidos: de acordo com o Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, foram processados por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas foram efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representem as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, conforme o seguinte resumo:

Repasses concedidos ao Poder Legislativo	R\$	775.561,63
--	-----	------------

Nota 5 - Utilização do Superávit Financeiro: o quadro a seguir demonstra o valor do Superávit Financeiro apurado no exercício anterior e a sua utilização, durante o exercício financeiro de 2018 como fonte de abertura para créditos adicionais. O total utilizado (R\$ 373.613,76) contribuiu para a diferença observada entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada:

Fonte de Recursos	Superávit Financeiro apurado em 31/12/2017	Valor utilizado como fonte de recursos para a abertura de crédito adicionais
31 – Fundeb	6.655,08	6.655,08
1006 - PDDE	1.115,93	1.115,93
1007 – PNAE MERENDA ESCOLAR	2.772,94	2.772,94
1048 – TRANSPORTE ESCOLAR FEDERAL	18.601,86	18.601,86
1059 – SALÁRIO EDUCAÇÃO QSE	3.879,04	3.879,04
1066 – PROGRAMA SOCIAL BASICO – PAIF	11.750,34	11.750,34
1081 – IGD BOLSA FAMILIA	35.399,33	10.000,00
1094 – PRODESA	13.773,62	13.739,54
1105 – REC ALIENAÇÃO DE BENS DEMAIS SECRETARIAS	54.343,55	51.843,55
1109 – FNAS IGD SUAS	14.233,46	14.233,46
4090 – PSF/NASF/ ESF	6.404,70	6.404,70
4302 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS SAÚDE – ESTADO	42.847,12	42.847,12
4520 – ESF SAUDE DA FAMÍLIA	10.212,35	5.722,99
4521 – PMAQ	55.925,99	15.000,00

4710 – LIMITE FINANCEIRO DA VIGILANCIA EM SAUDE	12.959,51	12.959,51
4770 – ASSISTENCIA FARMACEUTICA	4.066,48	4.066,48
4929 – ACADEMIAS DA SAÚDE	3.017,08	3.017,08
4931 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERM.	149.004,14	149.004,14
TOTAIS	446.962,52	373.613,76

Nota 6 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia de 2018, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados e Não Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 12/2017, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.

Notas Explicativas do Balanço Financeiro

Nota 1 - Receitas Orçamentárias: são apresentadas com exclusão das operações intraorçamentárias (já detalhadas em nota explicativa do Balanço Orçamentário) e líquidas das deduções ocorridas. O detalhamento das deduções da receita orçamentária **do exercício de 2018** é apresentado no quadro a seguir:

Natureza da Dedução de Receita	Exercício Atual
9.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE IMPOSTOS	417.596,21
9.1.7.1.8.01.2.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB – FPM	1.482.671,39
9. 1.7.1.8.01.5.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB – ITR	1.163,56
9. 1.7.1.8.06.1.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB - ICMS DESONERACAO - LEI COMPLEMENTAR 87/96	2.930,04
9.1.7.2.8.01.1.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB – ICMS	526.486,58
9.1.7.2.8.01.2.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB – IPVA	80.994,09
9.1.7.2.8.01.3.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB - IPI	7.697,44
9.1.6.9.0.99.1.1.00.00.00 - (R) DEDUÇÃO POR DESCONTO CONCEDIDO	12,01
9.2.9.9.0 00.1 1.02.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA POR RESTITUICAO	1.248,93
Total das Deduções da Receita Orçamentária	2.520.800,25

Nota 2 - Recursos Vinculados à Educação: estão representados nessas linhas, os valores relativos às receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações voltadas à educação. Calha observar que, de acordo com o disposto na Resolução nº 1.089/2018, do Tribunal de Contas do Estado e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 04/2018, daquela Corte de Contas, os gastos constitucionais do Município com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino representaram, em 2018, 25,05% da receita resultante de impostos e transferências.

O quadro a seguir detalha as receitas e despesas executadas **no exercício de 2018**:

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
0020 - MDE	1.046.614,52	1.054.255,76
0031 - Fundeb	917.487,90	923.348,57
1059 - Salário Educação	71.598,76	67.579,96
1007 - FNDE PNAE	29.332,85	32.016,09
1048 - FNDE PNATE	27.885,26	46.483,48
1006 - FNDE PDDE	1.821,93	2.195,50
1011 - Estado RS – Tranf. p/ Transporte Escolar	238.308,65	244.816,40
1112 - FNDE Apoio as Creches	1.734,77	1.690,00
1127 - AFM resolução FNDE nº11/2018	48.175,18	11.647,50
1103 - Alienação de bens MDE	818,81	1.390,00
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Educação	2.383.778,63	2.385.423,26

Nota 3 - Recursos Vinculados à Saúde: referem-se aos valores relativos das receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde os quais representaram 21,00% da receita resultante de impostos e transferências, conforme a metodologia de cálculo do TCE/RS. O detalhamento das fontes de recursos obedece a padronização estabelecida pela Portaria SES/RS nº 882/2012.

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
0040 – ASPS	1.889.452,79	2.650.228,64
4001 - Outras receitas municipais aplicadas em Saúde		
4002 - Alienação de bens adquiridos com recursos da Saúde	538,81	769,00
4011 - Atenção Básica - PIES / Núcleo de Apoio à Atenção Básica - NAAB / Oficinas Terapêuticas / Redução de Danos / Rede Cegonha - exames pré-natais / Tele Diagnóstico em Doenças Respiratórias Crônicas / Fortalecimento da Promoção e Prevenção à Saúde / Verão numa Boa	79.434,27	67.622,56
4050 - Farmácia Básica / Plantas Medicinais e Fitoterápicos / Diabetes Mellitus / Fraldas e outros insumos	48.756,05	43.400,41
4080 – PACS Estadual	4,31	
4090 - PSF / NASF / ESF Quilombola / ESF Indígena / Saúde Bucal / Saúde Bucal Indígena / PACS / ESF Prisional / Residência Médica / Combate ao Racismo Institucional / Rede de Informática / Saúde do Homem / Combate a DST/AIDS / Articulador Jovem de Saúde	68.472,29	76.166,51
4160 – PIM Primeira Infância Melhor	18.092,85	22.164,12
4230 – Apoio a Rede Hospitalar		
4302 – Aquisição Equipamentos Estado		42.847,12
4510 – PAB Fixo	196.031,04	192.104,98
4520 – ESF – Saúde da Família	55.629,88	55.296,05
4521 – PMAQ	117.791,37	136.570,40
4530 – PACS Federal	85.315,75	79.730,56
4540 – Saúde bucal	29.097,81	28.963,34
4190 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
4710 – Limite Financeiro da Vigilância em Saúde	26.988,87	34.376,49
4770 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	15.870,33	14.649,69
4760 – Vigilância Sanitária	16.562,97	9.291,00
4590 -Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade	46.170,81	43.300,00
4929 – Academias da Saúde	65,06	1.246,00
4931 - Aquisição de Equipamentos e Mat. Permanente	70.406,46	197.593,50
4936 – Aquisição de Veículos	81.199,33	79.250,00
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Saúde	2.845.881,05	3.775.570,37

Nota 4 - Recursos Destinados à Assistência Social: os valores informados nessas linhas referem-se à execução de receitas e despesas vinculadas à assistência social, nos termos dos arts. 194, 203 e 204 da Constituição da República e de mais leis que regulam o SUAS.

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
1066 - FNAS - Bloco de Proteção Social Básica	102.111,78	92.616,79
1109 - FNAS - Bloco de Gestão do SUAS	2.311,21	3.869,22
1081 - FNAS - Bloco de Gestão do Bolsa Família	16.548,19	19.980,74
1072 - FEAS Fundo Estadual de Assistência Social	6.161,50	1.863,00
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Assistência Social	127.132,68	118.329,75

Nota 5 - Outras Destinações de Recursos: os valores informados nessa linha se referem às receitas e despesas orçamentárias das seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
1052 - CIDE Combustíveis	12.505,78	12.696,03
1121 - Alienação de Bens	59,39	0,00
1091 - Receita Ministério das Cidades	49.358,97	218.595,96
1094 - PRODESA	200.663,09	214.326,62

1105 - Receita Alienação de Bens Demais Secretarias	500,65	53.182,41
1114 - Consulta Popular 16/17	35.172,45	34.759,00
Totais de Receitas e Despesas de Outras Destinações de Recursos	298.260,33	533.560,02

Nota 6 – Recebimentos e pagamentos extraorçamentários: os itens desses grupos correspondem aos ingressos e dispêndios que, na forma do parágrafo único do art. 3º a art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64 se referem a operações que não transitam pelo orçamento, bem como a contrapartida das inscrições (ingressos) e pagamentos (dispêndios) de restos a pagar processados e não processados. O quadro a seguir mostra a movimentação **ocorrida no exercício financeiro de 2018:**

Título / Subtítulo	Ingressos	Dispêndios
5.3.1.7.0.00.00 - RP NÃO PROCESSADOS INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	485.729,94	
5.3.2.7.0.00.00 -RP PROCESSADOS – INSCRIÇÃO NO EXERCICIO	738.467,06	
6.3.1.4.0.00.00 - RP NÃO PROCESSADOS – PAGOS		86.643,00
6.3.2.2.0.00.00 - RP PROCESSADOS – PAGOS		1.027.715,53
1.1.3.5.0.00.00 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	1.453.665,52	1.364.015,62
1.1.3.8.1.06.00 - VALORES EM TRÂNSITO REALIZAVEIS A CURTO PRAZO		
1.1.3.8.1.08.00 - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMILIA PAGO		
1.1.3.8.1.09.00 - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO		
1.1.3.8.1.10.00 - AUXILIO NATALIDADE PAGO A RECUPERAR		
1.1.3.8.1.11.00 - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXILIO DOENÇA E ACIDENTES PAGOS		
2.1.8.8.1.01.00 - CONSIGNACOES		
Outros recebimentos extraorçamentários	1.232.465,75	
Outros pagamentos extraorçamentários		1.339.408,19
Total de recebimentos e pagamentos extraorçamentários	3.910.328,27	3.817.782,34

Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Nota 1 – Contexto Operacional: o Município de São João do Polêsine pessoa jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto pelo Gabinete do Prefeito, por 6 Secretarias Municipais, 3 Fundos Especiais e o Poder Legislativo.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3 – Caixa e Equivalente de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 2018, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 854.831,55. Na comparação com o exercício anterior verifica-se um decréscimo de 1,45%.

Nota 4 – Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazos: os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidos os ajustes para perdas, por dívida ativa de curto prazo e demais créditos. Os valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no ativo circulante e representam 91,31% do total de créditos. O restante, correspondente a 8,69% do total, que representa os valores realizáveis após 12 meses da data da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no ativo não circulante. Especificamente em relação à **dívida ativa**, os valores a curto prazo, foram estimados pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios e o longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Já o **ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa**, foi efetuado considerando a média ponderada dos recebimentos de cada tributo/crédito em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, assim, percentual médio de recebimentos. A partir desses dados, foi possível estimar os valores das perdas esperadas referentes à dívida ativa, que foram registradas em contas **redutoras do ativo**.

O quadro a seguir detalha a composição dos saldos existentes em 31/12/2018:

Créditos de Curto Prazo	Saldo	Créditos de Longo Prazo	Saldo
1.1.2.1.0.00 - CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	9.729,94	1.2.1.1.1.01 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	0,00
1.1.2.2.0.00 - CLIENTES	0,00	1.2.1.1.1.02 - CLIENTES	0,00
1.1.2.3.0.00 – CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	536.600,12	1.2.1.1.1.03 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	2.205,11
1.1.2.4.0.00 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	1.2.1.1.1.04 - DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	386.140,72
1.1.2.5.0.00 - DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	71.896,32	1.2.1.1.1.05 - DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA	8.377,97
1.1.2.6.0.00 - DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA	10.281,20	1.2.1.1.1.99 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	-331.399,13
1.1.2.9.0.00 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	1.2.1.2.0.00 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
1.1.3.5.0.00 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	7.407,86		
1.1.3.8.0.00 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	50.882,76		

1.1.3.9.0.00 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00		
Total dos Créditos a Receber de Curto Prazo	686.798,20	Total dos Créditos a Receber de Longo Prazo	65.324,67

Nota 5 – Estoques: compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração, com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Em 2018, o Estoque apresentou um saldo final de R\$ 165.974,00, sofrendo um acréscimo de 38,09% em relação ao ano de 2017.

Nota 6 – Investimentos: os Investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no Ativo Não Circulante e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade. Os valores classificados nesse título são decorrentes da avaliação das **participações em Consórcios Públicos**. O quadro a seguir demonstra o percentual de participação do Município nos consórcios públicos:

Identificação do Consórcio	Total do Patrimônio Líquido do Consórcio	% de participação do Município	Saldo Patrimonial do Município	Resultado da Equivalência Patrimonial
CIRC - Centro	1.982.764,30	0,46%	9.082,81	-2.130,05
Condesus	-	-	89.344,97	-
Total	1.982.764,30		98.427,78	-2.130,05

OBS. Não foi possível apurar em 2018 o resultado patrimonial do município no consórcio CONDESUS, pois até o momento do encerramento do balanço patrimonial, o município não havia recebido o valor de participação no saldo patrimonial, e o mesmo será atualizado no exercício de 2019.

Nota 7 – Imobilizado – Bens Móveis: os saldos apresentados correspondem aos valores constantes no inventário geral. Em 2018 os Bens Móveis totalizaram o valor de R\$ 3.957.782,48, representando 27,14% do total do ativo imobilizado. No confronto com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de R\$ 511.235,71. A tabela a seguir demonstra a composição dos bens móveis:

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.1.1.01 - MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	735.895,78
1.2.3.1.1.02 - BENS DE INFORMATICA	264.745,06
1.2.3.1.1.03 - MOVEIS E UTENSILIOS	501.183,86
1.2.3.1.1.04 - MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICACAO	29.795,58
1.2.3.1.1.05 - VEICULOS	2.426.162,20
1.2.3.8.1.01 - (-) DEPRECIACÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS	0,00
Total de Bens Móveis	3.957.782,48

OBS. O município ainda não realiza os procedimentos de depreciação, tendo em vista que há a necessidade de submeter alguns bens ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável, e somente após o encerramento dessa primeira etapa, passará a ser aplicada a depreciação. A previsão é que o Município consiga implantar a depreciação no exercício de 2019.

Nota 8 – Imobilizado – Bens Imóveis: os saldos apresentados compreendem os bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso. Em síntese, os bens imóveis contribuíram com 72,86% para a formação do Ativo Imobilizado. Em comparação ao exercício anterior verifica-se um acréscimo de 0,46%.

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.2.1.01 - BENS DE USO ESPECIAL	7.260.333,81
1.2.3.2.1.05 - BENS DE USO COMUM DO POVO	980.809,88
1.2.3.2.1.06 - BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	2.383.687,86
Total de Bens Imóveis	10.624.831,55

Nota 9 - Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No curto prazo foram classificados os valores exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis. O quadro a seguir demonstra, para efeitos de comparação, os valores registrados a curto e a longo prazo:

Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	Saldo	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	Saldo
2.1.1.1.0.00 - PESSOAL A PAGAR	1.641,77	2.2.1.1.0.00 - PESSOAL A PAGAR	0,00
2.1.1.2.0.00 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	2.2.1.2.0.00 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00
2.1.1.3.0.00 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00	2.2.1.3.0.00 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00
2.1.1.4.0.00 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	80.494,42	2.2.1.4.0.00 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00
Total a Curto Prazo	82.136,19	Total a Longo Prazo	0,00

Nota 10 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo: os saldos são apresentados pelos valores líquidos das obrigações, devidamente ajustado em 31/12/2018, e compreendem as obrigações financeiras internas do Município a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimento no curto prazo (12 meses) e longo prazo. Somando-se os valores registrados de curto e a longo prazo, verifica-se que os Empréstimos e Financiamentos totalizaram, no final do exercício, um montante de R\$ 358.096,42. Em relação ao ano anterior apresentou uma variação negativa de 33,33%. Em relação aos contratos com encargos financeiros prefixados, de acordo com o MCASP, passou-se a apropriar em contas retificadoras, os Juros e Encargos Financeiros contratuais ainda não devidos, mas que serão executados até o término dos respectivos contratos. A tabela abaixo demonstra analiticamente, os valores a curto e a longo prazo e as respectivas contas retificadoras de encargos a apropriar:

Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	Saldo	Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	Saldo
2.1.2.1.0.00 - EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	-	2.2.2.1.0.00 - EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	-
2.1.2.2.0.00 - EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - EXTERNO	-	2.2.2.2.0.00 - EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - EXTERNO	-
2.1.2.3.0.00 - FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	-	2.2.2.3.0.00 - FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO	358.096,42
2.1.2.4.0.00 - FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO - EXTERNO	-	2.2.2.4.0.00 - FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO - EXTERNO	-
2.1.2.5.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	-	2.2.2.5.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO	14.883,65
2.1.2.6.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - EXTERNO	-	2.2.2.6.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - EXTERNO	-
2.1.2.8.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - INTERNO	-	2.2.2.8.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - INTERNO	-14.883,65
2.1.2.9.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - EXTERNO	-	2.2.2.9.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - EXTERNO	-
Total a Curto Prazo	0,00	Total a Longo Prazo	358.096,42

Nota 11 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais dos órgãos e entidades da administração direta e indireta. Compreende também obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, e os valores inscritos em restos a pagar processados. Os saldos apresentados compreendem os valores empenhados e liquidados. Em síntese, verifica-se que os valores registrados a curto prazo totalizaram R\$ 647.875,21, representando uma diminuição de 31,80% em relação ao ano anterior.

Nota 12 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo: compreende o saldo das obrigações dos órgãos e entidades da Administração Municipal, relativas a impostos, taxas e contribuições devidas à União, ao Estado e a Municípios. Os valores registrados no curto prazo totalizaram R\$ 8.824,66, com aumento de 143,31% em relação ao ano anterior.

Nota 13 - Demais Obrigações a Curto Prazo: esse grupo está composto unicamente pela conta 2.1.8.8.0.00 – Valores restituíveis, e sofreu um acréscimo de 0,70% em relação ao exercício anterior. Seu saldo representou no final do exercício de 2018, 4,62% do passivo circulante.

Nota 14 – Dívida Flutuante: conforme o art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64, os componentes da dívida fluante são aqueles compromissos contraídos por período limitado de tempo (curto prazo), quer na sua condição de valores de terceiros, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária, bem como os valores dos restos a pagar. A Dívida Flutuante de 2018 totalizou em R\$ 1.260.371,17, correspondendo, na ótica da Lei Federal nº 4.320/64 ao Passivo Financeiro. Na tabela a seguir, pode-se verificar que a Dívida Flutuante de 2018 apresentou um acréscimo de R\$ 110.088,96, representando um aumento de 9,57% em relação ao ano anterior. Especificamente em relação aos Restos a Pagar, que compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se os processados dos não processados, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa nº 12/2017, do Tribunal de Contas do Estado, tem-se, como regra, a necessidade de recursos financeiros para honrar estes compromissos, observando que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão destinados somente para seu objeto de vinculação. O estoque de restos a pagar em 31/12/2018 somou R\$ 1.224.566,00, sendo que, deste total, R\$ 277.219,66, ou seja, 22,64% foram inscritos sem a necessária disponibilidade financeira para a sua cobertura. Esse valor representa uma redução de 26,52% nos empenhos de restos inscritos com insuficiência financeira se comparado com 2017.

Quadro Sintético da Dívida Flutuante				
Descrição	Saldo do Exercício Anterior	Inscrições no Exercício	Baixas no Exercício	Saldo para o Exercício Seguinte
Restos a Pagar Processados	1.028.084,53	14.272.159,00	14.561.407,47	738.836,06
Restos a Pagar Não Processados	86.643,00	485.729,94	86.643,00	485.729,94
Serviço da Dívida a Pagar				
Consignações	35.554,68	1.521.681,41	1.521.430,92	35.805,17
Depósitos de Diversas Origens				
Credores, Entidades e Agentes				
Totais	1.150.282,21	16.279.570,35	16.169.481,39	1.260.371,17

Nota 15 – Patrimônio Líquido: compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações / Cotas em Tesouraria. Após apuração do resultado do exercício, o Patrimônio Líquido apresentou um acréscimo de 8,53% em relação ao ano de 2017.

Nota 16 – Ajustes de Exercício Anteriores: de acordo com o MCASP, os ajustes de exercícios anteriores são relacionados com registros decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, omissão de registro, ou retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Nesta rubrica encontra-se registrado o saldo devedor de R\$ 443,43 resultante principalmente dos lançamentos listados abaixo:

a) foi registrado a débito nesta rubrica o valor de R\$ 777,65, tendo como contrapartida a conta 5651-Fornecedores não financiados a pagar. O ajuste é relativo a 2 empenhos (2977 e 5101 de 2018), não reconhecidos em contas de resultado do exercício;

b) também foi registrado a débito o montante de R\$ 132,97, contra a conta 4049 – Créditos decorrentes de outras transferências, referente a lançamento de ajuste, pois o valor foi contabilizado a maior em 2017 do Apoio Financeiro MP 815/2017.

c) Outro registro a débito no valor de R\$ 942,14, contra a conta 3774 – Créditos a receber por acerto financeiro com servidores e ex-servidores, refere-se ao processo administrativo 674/2018.

d) Por fim, foi registrado a crédito contra a conta 3835 – INSS, no valor de R\$1.409,08 referente diferenças no saldo contábil de exercícios anteriores, ajustado em 2018.

Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: em relação a esse item cabe destacar que, em razão do processo de convergência aos padrões de contabilidade estabelecido pelas NBCASP, e de acordo com o MCASP, foram efetuados vários ajustes para a adoção do valor de mercado para bens do ativo. As incorporações de ativos tiveram aumento de R\$ 2.529,90 em relação ao ano anterior.

Item / Subitem	Valor R\$
4.6.1.1.0.00 - REAVLIAÇÃO DE IMOBILIZADO	2.279,90
4.6.3.9.0.00 - OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	250,00
Total das valorizações e ganhos com ativos e desincorporações de passivos	2.529,90

Nota 2 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos. Em 2018, os registros nesse item somaram R\$ 44.853,84.

Item / Subitem	Valor R\$
4.9.7.2.0.00 - REVERSÃO DE AJUSTES DE PERDAS	2.331,09
4.9.9.6.0.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.684,52
4.9.9.9.0.00 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	39.838,23
Total das Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	44.853,84

Nota 3 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos: em função da continuidade do cumprimento da implantação dos procedimentos contábeis relativos às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no âmbito do Governo Municipal, nesse item, os registros da reavaliação do ativo imobilizado, somaram R\$ 19.501,48, e a desincorporação de ativos totalizou R\$243.995,12.

Item / Subitem	Valor R\$
3.6.1.7.0.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS	19.501,48
3.6.5.0.1.00 - DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	243.995,12
Total das desvalorizações e perdas de ativos e incorporações de passivos	263.496,60

Nota 4 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado negativo da equivalência patrimonial, dividendos. Em 2018, os registros nesse item somaram R\$ 49.601,30, representando uma diminuição de 63,91% em relação ao ano anterior.

Item / Subitem	Valor R\$
3.9.1.0.0.00 - PREMIAÇÕES	7.634,30
3.9.2.1.0.00 - RESULTADO NEGATIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	2.130,05
3.9.9.6.0.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	39.739,54
3.9.9.9.0.00 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	97,41
Total das outras variações patrimoniais diminutivas	49.601,30

Nota 5 – Resultado Patrimonial do Período: como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi positivo de R\$ 1.204.206,27. Comparativamente ao ano anterior, verifica-se uma variação positiva de 191,41%.

Nota 6 – Origem e destinação dos recursos provenientes de alienação de ativos: em cumprimento ao disposto no art. 50, VI da Lei Complementar nº 101/2000, demonstra-se a seguir a origem e o destino dos recursos provenientes de alienação de ativos ocorrida no exercício, tendo em vista tratar-se de recursos vinculados, nos termos do art. 44 da referida Lei Complementar. No exercício de 2018 não ocorreu alienação de bens.

ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS	
Alienação de Bens Móveis	
Alienação de Bens Imóveis	
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienação de Bens	1.917,66
TOTAL DAS ORIGENS	
DESPESAS DE CAPITAL	
Investimentos	55.341,41
Inversões Financeiras	
Amortização da Dívida	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	
Regime Geral de Previdência Social	
Regime Próprio dos Servidores Públicos	
TOTAL DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DE ALENAÇÃO DE ATIVOS	
SALDO NÃO APLICADO	79.844,15

Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa:

Nota 1 – Contexto Operacional: A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, sem considerar aos pagamentos e recebimentos intraorçamentários. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa e mantém compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro.

Nota 2 – Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: os ingressos compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências recebidas. Já os desembolsos compreendem os pagamentos relativos às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas. Nesse contexto verifica-se que as atividades operacionais geraram um fluxo positivo de R\$ 326.453,67, contribuindo em 59,85% para a geração líquida de caixa e equivalente de caixa. O detalhamento das receitas originárias e derivadas, das transferências recebidas e concedidas e dos desembolsos de pessoal e demais despesas por função, constam em quadros anexos à DFC, elaborados conforme a 7ª edição do MCASP.

Nota 3 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento: os ingressos são oriundos de receitas de capital de alienação de ativos e da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Os desembolsos decorrem do pagamento de despesas de aquisição de ativo não circulante (obras, instalações, equipamentos, material permanente, bens imóveis, títulos de crédito, títulos representativos de capital e constituição ou aumento de capital de empresas), e as concessões de empréstimos e financiamentos. No exercício de 2018, os ingressos e desembolsos das atividades de financiamento geraram um fluxo negativo de R\$ 558.073,00, prejudicando em 102,31% a geração líquida de caixa.

Nota 4 – Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida, bem como as receitas obtidas a partir da integralização do capital social de empresas dependentes. Os desembolsos são decorrentes da amortização e refinanciamento da dívida. O resultado desse fluxo foi positivo de R\$ 218.998,92, o que contribuiu para uma diminuição dos níveis de endividamento do Município. Em resumo, o resultado desse fluxo representou 40,15% da geração líquida de caixa do período.

Nota 5 – Outros Ingressos e Outros Desembolsos: os valores apresentados contemplam recebimentos e pagamentos que não transitam pelo orçamento, mas que afetaram o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, como as receitas e despesas extraorçamentárias, ajustes de exercícios anteriores no caixa e equivalente de caixa, perdas involuntárias e rendimentos negativos das aplicações financeiras do RPPS.